Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	19
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	38
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	6.988.146.121	
Preferenciais	6.988.146.121	
Total	13.976.292.242	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(ITCais iviii	1		
Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.313.896	1.250.425
1.01	Ativo Circulante	481.610	314.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	35.768	7.198
1.01.02	Aplicações Financeiras	285.843	149.203
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	285.843	149.203
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	285.843	149.203
1.01.03	Contas a Receber	61.153	58.475
1.01.03.01	Clientes	61.153	58.475
1.01.03.01.01	Contas a Receber	59.590	56.807
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.563	1.668
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.898	5.790
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.711	2.888
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	92.237	90.620
1.01.08.03	Outros	92.237	90.620
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	46.340	44.797
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	44.956	44.956
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	352	562
1.01.08.03.04	Outros Créditos	589	305
1.02	Ativo Não Circulante	832.286	936.251
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	114.869	137.503
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.447	1.528
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.447	1.528
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	113.422	135.975
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	112.390	134.867
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.032	1.108
1.02.03	Imobilizado	40.228	44.686
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	35.200	40.820
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	5.028	3.866
1.02.04	Intangível	677.189	754.062
1.02.04.01	Intangíveis	677.189	754.062
1.02.04.01.02	Intangível	651.053	728.981
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	26.136	25.081

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.313.896	1.250.425
2.01	Passivo Circulante	315.831	328.948
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.132	10.053
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.092	1.296
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.040	8.757
2.01.02	Fornecedores	11.618	15.521
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.557	15.353
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	61	168
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.765	52.575
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.578	48.103
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	31.745	44.039
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	3.833	4.064
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.187	4.472
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.187	4.472
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	202.079	200.181
2.01.04.02	Debêntures	202.079	200.181
2.01.05	Outras Obrigações	53.237	50.618
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.517	43.102
2.01.05.02	Outros	9.720	7.516
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.220	1.295
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	8.500	6.221
2.02	Passivo Não Circulante	681.884	676.079
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	624.745	616.935
2.02.01.02	Debêntures	624.745	616.935
2.02.03	Tributos Diferidos	51.172	54.133
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	51.172	54.133
2.02.04	Provisões	5.967	5.011
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.967	5.011
2.03	Patrimônio Líquido	316.181	245.398
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	27.988	102.993
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	75.005
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	145.788	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	231.303	456.628	231.306	474.742
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	252.980	499.486	252.152	517.960
3.01.02	Dedução da Receita Bruta	-21.677	-42.858	-20.846	-43.218
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-93.678	-182.007	-99.823	-191.364
3.02.01	Custo de Construção	-2.791	-4.795	-11.619	-17.799
3.02.02	Provisão de manutenção	0	0	-356	-1.958
3.02.03	Depreciação e Amortização	-46.013	-87.647	-42.387	-80.434
3.02.04	Custo de Outorga	-14.996	-29.907	-14.852	-29.991
3.02.05	Serviços	-16.371	-31.897	-15.656	-32.255
3.02.06	Custo com Pessoal	-9.266	-18.759	-10.929	-20.433
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-2.641	-5.737	-2.462	-5.376
3.02.08	Outros	-1.600	-3.265	-1.562	-3.118
3.03	Resultado Bruto	137.625	274.621	131.483	283.378
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.040	-28.652	-14.224	-28.603
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.646	-29.654	-14.799	-29.512
3.04.02.01	Serviços	-7.514	-14.847	-7.449	-14.230
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-397	-806	-481	-956
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.923	-6.485	-5.162	-9.182
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-156	-274	-139	-252
3.04.02.05	Outros	-5.656	-7.242	-1.568	-4.892
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	709	1.216	603	952
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-103	-214	-28	-43
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	121.585	245.969	117.259	254.775
3.06	Resultado Financeiro	-12.933	-26.008	-13.114	-28.021
3.06.01	Receitas Financeiras	10.184	17.595	6.397	50.273
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.117	-43.603	-19.511	-78.294
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	108.652	219.961	104.145	226.754
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.410	-74.173	-35.199	-77.269

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.08.01	Corrente	-37.859	-77.134	-33.129	-69.589
3.08.02	Diferido	1.449	2.961	-2.070	-7.680
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.242	145.788	68.946	149.485
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	72.242	145.788	68.946	149.485
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00492	0,00993	0,00470	0,01019
3.99.01.02	PN	0,00542	0,01093	0,00517	0,01120

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	72.242	145.788	68.946	149.485
4.03	Resultado Abrangente do Período	72.242	145.788	68.946	149.485

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	272.118	225.403
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	290.261	285.347
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido no Período	145.788	149.485
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.961	7.680
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	22.477	15.534
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	79.210	72.629
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	9.243	8.761
6.01.01.06	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	215	45
6.01.01.07	Variação Cambial s/Empréstimos	0	-2.838
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures	37.732	34.068
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-941	-1.417
6.01.01.14	Provisão para Perda Esperada – Contas a Receber	11	-2
6.01.01.15	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	3.540	-159
6.01.01.16	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	0	1.958
6.01.01.17	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	0	465
6.01.01.18	Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	7	0
6.01.01.19	Resultado de Operações com Derivativos	-5.346	-2.191
6.01.01.20	Juros e variações monetária com partes relacionadas	1.286	1.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.143	-59.944
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-2.794	150
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	186	100
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	892	2.144
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	969	-4.832
6.01.02.05	Despesa Antecipada Outorga Fixa	0	-185
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	210	0
6.01.02.07	Fornecedores	-3.910	-4.690
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	415	-576
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-921	-315
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	75.154	63.908
6.01.02.11	Liquidação de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-2.584	-1.417
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-75	-156
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	0	-25.797
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	2.279	2.208
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-87.964	-90.486
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-143.036	24.850
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-1.735	-4.915
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-4.661	-17.496
6.02.04	Aplicações Financeiras	-136.640	47.261
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-100.512	-301.044
6.03.02	Cessão Onerosa - Pagamento de Juros	-1.286	-1.371
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	651	-37.907
6.03.04	Empréstimos e Debêntures - Custo de Transação Incorrido	0	-127
6.03.06	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos Principal	0	-148.573
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-24.872	-25.177

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.03.11	Distribuição de Dividendos e JCP	-75.005	-87.889
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	28.570	-50.791
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.198	54.431
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	35.768	3.640

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	102.993	0	0	245.398
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	102.993	0	0	245.398
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-75.005	0	0	-75.005
5.04.06	Dividendos	0	0	-75.005	0	0	-75.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	145.788	0	145.788
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	145.788	0	145.788
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	145.788	0	316.181

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.04.06	Dividendos	0	0	-87.889	0	0	-87.889
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	149.485	0	149.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.485	0	149.485
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	27.988	149.485	0	319.878

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	a Descrição da Conta Acumulado do Atua Exercíci		Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2019 à 30/06/2019	01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	500.416	519.424
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	499.486	517.960
7.01.02	Outras Receitas	941	1.417
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11	47
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-66.134	-78.119
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-38.900	-39.035
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-22.439	-19.327
7.02.04	Outros	-4.795	-19.757
7.02.04.01	Custo de Construção	-4.795	-17.799
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	0	-1.958
7.03	Valor Adicionado Bruto	434.282	441.305
7.04	Retenções	-88.453	-81.390
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-88.453	-81.390
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	345.829	359.915
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	17.595	50.273
7.06.02	Receitas Financeiras	17.595	50.273
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	363.424	410.188
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	363.424	410.188
7.08.01	Pessoal	22.344	26.421
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.822	18.108
7.08.01.02	Benefícios	7.260	6.938
7.08.01.03	F.G.T.S.	845	927
7.08.01.04	Outros	417	448
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	120.192	124.476
7.08.02.01	Federais	95.287	99.282
7.08.02.02	Estaduais	160	140
7.08.02.03	Municipais	24.745	25.054
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.100	109.806
7.08.03.01	Juros	44.443	79.090
7.08.03.02	Aluguéis	750	725
7.08.03.03	Outras	29.907	29.991
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	145.788	149.485
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	145.788	149.485

Comentário Sobre o Desempenho - 2º Trimestre 2019

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T18.

Principais Destaques

- ➤ A Receita líquida operacional alcançou R\$ 228,5 milhões (4,0%);
- ➤ O Lucro líquido atingiu R\$ 72,2 milhões (4,8%);
- ➤ O EBIT atingiu R\$ 121,6 milhões (3,7%);
- ➤ O EBITDA ajustado atingiu R\$ 179,2 milhões (2,3%).

Indicadores [R\$ MM]	2°T19	2°T18	Var.%
Receita Líquida Operacional (*)	228,5	219,7	4,0%
EBIT	121,6	117,3	3,7%
Margem EBIT Ajustada	53,2%	53,4%	-0,2 p.p
EBITDA Ajustado	179,2	175,2	2,3%
Margem EBITDA Ajustada	78,4%	79,7%	-1,3 p.p
Lucro Líquido	72,2	68,9	4,8%

^(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	2°T19	2°T18	Var.%
Veículos Equivalentes	28.482.365	28.215.540	0,9%
Veículos Leves (Eq)	17.439.904	16.362.595	6,6%
Veículos Pesados (Eq)	11.042.461	11.852.945	-6,8%

^{1 –} Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego Consolidado (0,9%)

O Tráfego consolidado do 2T19 registrou crescimento de 0,9% sobre o 2T2018, com efeito calendário de +5,9% sobre o ano anterior. O efeito calendário positivo em 2019 tem influência de eventos sazonais como os Feriados de Páscoa, Tiradentes e Dia do Trabalho, porém a maior influência foi a Paralisação dos Caminhoneiros no período de 21 à 31/05/2018. Como consequência da Paralisação dos Caminhoneiros, houve a liberação da restrição de caminhões na Cidade de São Paulo até o dia 09/06 e a isenção da cobrança de eixo suspenso a partir de 31/05/2018.

^{2 -} Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Veículos de Passeio (6,6%)

O 2T19 registou crescimento de 6,6% sobre o 2T18, com efeito calendário de +5,3%.

Veículos Comerciais (-6,8%)

A movimentação de veículos comerciais no 2T19 registou queda de 6,8% comparada ao 2T18, com efeito calendário de +6,2%. Este resultado foi impactado pela suspensão da cobrança de eixo suspenso a partir de 31/05/2018 e pela interdição do Viaduto de Paranapanema (km229 SP270) desde 28/01/2019 que desvia fluxo comercial da Raposo para a Castello, afetando diretamente as praças de Araçoiaba e Sorocaba. O viaduto foi liberado em 31/05, porém a praça de Araçoiaba continua com performance negativa.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	2°T19	2°T18	Var.%
Receita de Pedágio	246.124	236.924	3,9%
Receitas Acessórias	3.266	2.916	12,0%
Receita de Partes Relacionadas	799	693	15,3%
Receita Bruta Operacional	250.189	240.533	4,0%
Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	2ºT19	2°T18	Var.%
Total	2.791	11.619	-76,0%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção, de acordo com o CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Para a CCR ViaOeste, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da CCR ViaOeste acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 2T19, destacamos os projetos e desapropriações referentes a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, entre os km 46+700 ao km 89+700.

Receita Líquida Operacional

A Receita Líquida Operacional do 2T19 registrou aumento de 4,0% em relação ao 2T18, influenciado principalmente pelo reajuste de tarifa aplicado em julho de 2018.

A Receita Líquida Operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a receita de pedágio.

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	2°T19	2°T18	Var.%
Custo de Construção	2.791	11.619	-76,0%
Provisão de Manutenção	0	356	-100,0%
Depreciação e Amortização	46.410	42.868	8,3%
Custos da Outorga	14.996	14.852	1,0%
Serviços de Terceiros	23.885	23.105	3,4%
Custo com Pessoal	12.189	16.091	-24,2%
Materiais, Equipamentos e Veículos	2.797	2.601	7,5%
Outros	6.650	2.555	160,3%
Custos e Despesas	109.718	114.047	-3,8%

O custo total da concessionária diminuiu 3,8% no 2T19, quando comparado ao mesmo período de 2018. As principais variações estão mencionadas a seguir:

Custo de Construção: A redução de 76,0% no 2T19, comparado com o 2T18, é reflexo dos investimentos nas rodovias Presidente Castello Branco e Raposo Tavares, realizados conforme cronograma contratual e mencionado nos itens acima.

Provisão de Manutenção: Desde 31/03/2018, em decorrência do término do prazo original do Contrato de Concessão e consequente término das intervenções contratuais, não há registros para Provisão de Manutenção.

Depreciação e Amortização: Reflexo das transferências de novos investimentos que estavam em implantação (em andamento) para o ativo (definitivo) quando de sua conclusão/liberação técnica (entrou em operação), iniciando o processo de depreciação e amortização do ativo.

Custo da Outorga: Estes custos são impactados diretamente pelo desempenho da receita operacional.

Serviços de Terceiros: O acréscimo de 3,4% nas despesas com prestação de serviços, está relacionado principalmente aos custos de operação.

Custos com Pessoal: No 2T19 houve uma redução de 24,2% em relação ao mesmo período de 2018, principalmente devido a reestruturação de pessoal.

Materiais, Equipamentos, Veículos e Outros: Neste trimestre houve um aumento de 83,2%, em comparação com o 2T18, impactado principalmente pelas provisões para contingencias jurídicas.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	2°T19	2°T18	Var.%
Lucro Líquido	72,2	68,9	4,8%
(+) IR/CS	36,4	35,2	3,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	12,9	13,1	-1,5%
(+) Depreciação e Amortização	46,4	42,9	8,3%
EBITDA (a)	168,0	160,1	4,9%
Margem EBITDA (a)	72,6%	69,2%	3,4 p.p
(+) Despesas Antecipadas (b)	11,2	14,7	-23,8%
(+) Provisão de Manutenção (c)	0,0	0,4	-100,0%
EBITDA Ajustado	179,2	175,2	2,3%
Margem EBITDA Ajustada (d)	78,4%	79,7%	-1,3 p.p

⁽a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	2°T19	2°T18	Var.%
Lucro Líquido	72,2	68,9	4,8%
(+) IR/CS	36,4	35,2	3,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	12,9	13,1	-1,5%
EBIT (a)	121,6	117,3	3,7%
Margem EBIT (a)	52,6%	50,7%	1,9 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	53,2%	53,4%	-0,2 p.p

⁽a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	2°T19	2°T18	Var.%
Despesas Financeiras	(23,1)	(19,5)	18,5%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	(23,0)	(19,3)	19,2%
Taxas, Comissões e Outros	(0,1)	(0,2)	-50,0%
Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manut.	0,0	(0,0)	0,0%
Receitas Financeiras	10,2	6,4	59,4%
Rendimento sobre Aplicações Financ.	3,6	0,9	300,0%
Outras Receitas Financeiras	6,6	5,5	20,0%
Resultado Financeiro	(12,9)	(13,1)	-1,5%

O Resultado Financeiro do 2T19 está 1,5% inferior ao 2T18, principalmente em virtude do resultado entre variação monetária, operação de derivativo e rendimentos sobre aplicações financeiras.

⁽b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras.

⁽c) A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas.

⁽d) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

⁽b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

2. Investimentos

A CCR ViaOeste tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	2°T19	2°T18	Var.%
Total de Acidentes	804	675	19,1%
Total de Vítimas	459	471	-2,5%

O resultado do 2T19 em comparação com o 2T18, houve um aumento de 19,1% no número de acidentes, por conta da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de Maio/18 causando a diminuição do tráfego e por consequência a diminuição dos acidentes no 2T18. Contudo houve a redução de 2,5% no total de vítimas, isso deve-se ao trabalho da CCR ViaOeste no aprimoramento da segurança dos usuários que utilizam suas rodovias, principalmente com o apoio da Policia Militar Rodoviária, monitoramento das rodovias por meio de câmeras e inspeção de trafego, intensificação de campanhas educativas e ações de engenharia viária.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Com relação aos projetos socioculturais e esportivos, foram realizados nos municípios do entorno das rodovias administradas pela CCR ViaOeste os seguintes Projetos:

Caminhos para a Cidadania - Realizado na CCR ViaOeste desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. Desde o início, já foram atendidos mais de 700 mil alunos, mais de 24 mil educadores em 400 escolas por ano, em 17 municípios do sistema Castello-Raposo. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco alunos de 4º e 5º anos do ensino fundamental das redes públicas de ensino.

Estrada para Saúde - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Karatequinha – O projeto tem por objetivo proporcionar às crianças e adolescentes de 5 a 18 anos, no contra-turno escolar, esporte, disciplina, ética e autocontrole por meio do Karatê, visando a formação do caráter de crianças e adolescentes na cidade de São Roque. Além da prática esportiva, são oferecidas atividades culturais e de lazer, realização de encontros com os pais, além de encaminhamento para cursos de qualificação profissional através de parcerias com instituições de ensino. Também são oferecidos pelo projeto, aulas de espanhol, inglês, informática, música, biblioteca e recreações (jogos, brinquedos, videogame, etc.) aos participantes que apresentam ótimo desempenho escolar.

Lacre Solidário - Campanha de arrecadação de lacres de alumínio para troca de cadeiras de rodas. A campanha é realizada por colaboradores, fundos sociais, secretarias de educação, entre

outros parceiros do setor público, privado e 3º setor. Desde 2012 já foram entregues 320 cadeiras de rodas.

Música e Cidadania - Escola de música com sede em Mairinque, atendendo gratuitamente 250 alunos, entre jovens e crianças. Os alunos têm aulas de todos os instrumentos musicais que compõem uma banda sinfônica: flauta transversal, saxofone, trompa, trompete, trombone, percussão, eufônio. Além da escola, a formação profissional de músicos promove concertos em teatros, auditórios e praças, executando arranjos de compositores consagrados da música erudita e obras de compositores da música popular.

Projeto Crescer e Aprender AFESU - Programa de capacitação profissional para meninas. Por meio de suas atividades, o Projeto Crescer e Aprender, visa assegurar às participantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social o apoio escolar com as meninas mais novas, realizado durante o contra turno em suas escolas regulares, assim como projetos de formação profissional dedicados às alunas mais velhas, com o objetivo de iniciarem suas carreiras profissionais e obterem uma boa colocação no mercado de trabalho. Realizado em Cotia, o projeto atende 120 meninas.

Uma Nova Visão do Jogo - A Fundação EPROCAD desenvolve, em parceria com a FIFA e Ministério do Esporte, o projeto "Futebol Uma Nova Visão do Jogo", que propõe, através da prática desta modalidade, sob uma perspectiva educativa, oportunidades de inclusão para crianças e jovens em situação risco social. São aulas de futebol no contra turno escolar para 120 crianças na escola Messias Gonçalvez em Osasco.

BuZum! - Teatro de bonecos adaptado em um ônibus, que leva espetáculos infantis e jovens para diversas cidades. O ônibus tem capacidade para até 50 crianças. Os espetáculos são voltados para alunos do ensino fundamental ou médio. A atividade tem duração de 40 minutos (exatamente o tempo de uma aula). Em 2019, foi apresentado o espetáculo "Caipira" cujo tema é o resgate da cultura caipira, tão presente no interior do país e também uma homenagem a figuras folclóricas, como o Saci, o Curupira e o Lobisomem. O projeto foi realizado em maio e atendeu os 17 municípios do sistema Castello-Raposo: Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Alumínio, Barueri, Cotia, Carapicuíba, Jandira, Itapevi, Mairinque, Itu, Osasco, Santana de Parnaíba, São Roque, Sorocaba, Vargem Grande Paulista, Votorantim e Embu das Artes.

PhotoTruck - O projeto prevê a realização de um circuito de fotografia, com oficinas educativas em escolas e instituições públicas, proporcionando uma nova visão da fotografia, transformando essa reflexão em uma exposição. Realizado entre abril e maio, atendeu os municípios de Carapicuíba, Itapevi e Alumínio.

Teatro a bordo - É o primeiro teatro móvel solar do Brasil, contando com apresentações gratuitas de teatro, oficinas educativas, cortejos e intervenções artísticas em seu contêiner-palco que viaja por todo o país. As apresentações são realizadas em praças e espaços públicos, com acesso gratuito e irrestrito da população, abrindo suas cortinas também para o artista da cidade, proporcionando o intercâmbio cultural e a valorização da cultura local. Realizado entre os meses de maio e junho, atendeu os municípios de Osasco, Mairinque e Carapicuíba.

A viagem de uma Estrela - Espetáculo teatral infanto-juvenil voltado para a "mobilidade urbana", "cidadania" e "meio ambiente", com duração prevista de 25 minutos e até quarto apresentações por dia. Em junho, foi apresentado gratuitamente às crianças e público em geral das escolas que participam do programa Caminhos para a Cidadania – 17 cidades que estão no entorno do sistema Castello – Raposo.

Espetáculo Teatral "Da Cabeça aos Pés, Sem Pé Nem Cabeça" - Espetáculo teatral envolvendo diversos personagens como médico, dentista, professor e dois nutricionistas/cozinheiros. Esta equipe se junta para mostrar o que acontece dentro do corpo de

uma criança quando ela não se alimenta direito. Foi apresentado para a comunidade e escolas de Barueri, atendendo mais de 2.500 crianças.

5. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

PÁGINA: 18 de 41

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2019

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A..

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2019:

(i) Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da ViaOeste, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Em 28 de junho de 2019, foi proferida sentença julgando improcedente a ação ajuizada pela ViaOeste e procedente a ação ajuizada pelo Estado e a ARTESP.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a ViaOeste interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a ViaOeste protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação.

Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade. Em 12 de setembro de 2018, a ViaOeste interpôs recurso especial e recurso extraordinário.

Em 14 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso especial e foi proferida decisão que tanto inadmitiu como negou seguimento ao recurso extraordinário interposto pela Companhia.

Em 27 de março 2019, a Companhia interpôs agravo em recurso especial, agravo em recurso extraordinário e agravo interno. Em 12 de junho de 2019, foi certificado que o Estado de São Paulo e a ARTESP não apresentaram contrarrazões aos recursos interpostos pela Companhia.

Aguarda-se julgamento dos agravos interpostos em 27 de março de 2019.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, que será posteriormente encaminhado para homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, consequentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais.

A Companhia e sua controladora CCR continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC

21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias.

Estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 08 de agosto de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	5.020	7.198
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	30.748	
Total - Caixa e equivalentes de caixa	35.768	7.198
	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras Fundos de investimentos e CDB	30/06/2019 285.843	31/12/2018 149.203

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,72% do CDI, equivalente a 6,32% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	30/06/2019	31/12/2018
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	58.889	56.157
Receitas acessórias (b)	747	685
	59.636	56.842
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(46)	(35)
	59.590	56.807

Idade de vencimento dos títulos

	30/06/2019	31/12/2018
Créditos a vencer	59.573	56.784
Créditos vencidos até 60 dias	12	23
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	5	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	5	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	41	35
	59.636	56.842

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	108.652	219.961	104.145	226.754
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(36.942)	(74.787)	(35.409)	(77.096)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(188)	(301)	(153)	(246)
Incentivo relativo ao imposto de renda	371	589	506	708
Remuneração variável de dirigentes estatutários	121	93	(147)	(212)
Outros ajustes tributários	656	233	4	(423)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(35.982)	(74.173)	(35.199)	(77.269)
Impostos correntes	(37.859)	(77.134)	(33.129)	(69.589)
Impostos diferidos	1.449	2.961	(2.070)	(7.680)
	(36.410)	(74.173)	(35.199)	(77.269)
Alíquota efetiva de impostos	33,12%	33,72%	33,80%	34,08%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

		-	Saldo em 30/06/2019			
-	31/12/2018	Reconhecido no resultado	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.160	(484)	676	676	-	
Provisão para perda esperada - contas a receber	12	4	16	16	-	
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.703	325	2.028	2.028	-	
Resultado de operações com derivativos	(14.075)	(1.598)	(15.673)	-	(15.673)	
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(43.162)	4.839	(38.323)	12.614	(50.937)	
Outros	229	(125)	104	104		
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(54.133)	2.961	(51.172)	15.438	(66.610)	
Compensação de imposto			<u> </u>	(15.438)	15.438	
Imposto líquido ativo (passivo)	(54.133)	2.961	(51.172)		(51.172)	

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo	da concessão (2)	Total		
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	
Circulante	3.297	3.297	41.659	41.659	44.956	44.956	
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo	da concessão (2)	2) Total		
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	
Não Circulante	8.243	9.891	104.147	124.976	112.390	134.867	

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 22.477 (R\$ 1.648 no primeiro semestre de 2018).

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

			Transaçã	ões			
	01/04	/2019 a 30/06/201	19	01/01	/2019 a 30/06/20	19	
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	
Controladora							
CCR S.A.	-	3.244 (a)	646 (b)	-	6.488 (a)	1.286 (b)	
Outras partes relacionadas							
CPC	-	6.301 (e)	-	-	12.301 (e)	-	
Samm	799 (c)	123 (f)	-	1.609 (c)	245 (f)	-	
Total	799	9.668	646	1.609	19.034	1.286	
	01/04	/2018 a 30/06/201	Transaçã		01/01/2018 a 30/06/2018		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Receitas	Serviços prestados	Despesas	
Controladora	Receitas	prestados	manceiras	Receitas	prestados	mancerras	
CCR S.A.		3.146 (a)	656 (b)		6.291 (a)	1.329 (b)	
Outras partes relacionadas	-	5.140 (a)	636 (b)	-	6.291 (a)	1.329 (0)	
CPC	_	5.527 (e)	-	_	11.055 (e)	_	
Samm	693 (c)	229 (f)	_	1.417 (c)	229 (f)	_	
Total	693	8.902	656	1.417	17.575	1.329	

	30/06/2019					
		Saldos	_			
	Ativo	Pass	sivo			
	Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar			
Controladora	23 (d)	40.249 (b)	1.025 (a)			
CCR S.A.						
Outras partes relacionadas						
CPC	13 (d)	-	2.187 (e)			
Rodoanel Oeste	22 (d)	-	29 (d)			
Samm	2.947 (c)	-	17 (c)			
ViaMobilidade	3 (d)	-	9 (d)			
CCR ViaSul	2 (d)	-	-			
Serveng Cilvilsan		<u> </u>	1			
Total circulante, 30 de junho de 2019	1.563	40.249	3.268			
Total não circulante, 30 de junho de 2019	1.447	<u> </u>	<u>-</u>			
Total, 30 de junho de 2019	3.010	40.249	3.268			

_	31/12/2018						
		Saldos					
_	Ativo	Pass	sivo				
	Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar				
Controladora							
CCR S.A.	8 (d)	40.249 (b)	984 (a)				
Outras partes relacionadas							
CPC	96 (d)	-	1.767 (e)				
Rodoanel Oeste	44 (d)	-	28 (d)				
Samm	3.017 (c)	-	-				
Metrô Bahia	15 (d)	-	56 (d)				
ViaMobilidade	3 (d)	-	-				
ViaQuatro	13 (d)	-	17 (d)				
Serveng Cilvilsan	<u> </u>	<u> </u>	1				
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	1.668	40.249	2.853				
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018	1.528	<u> </u>					
Total, 31 de dezembro de 2018	3.196	40.249	2.853				

Despesas com profissionais chave da administração

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Remuneração (g):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	263	512	603	1.184
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	111	222	261	523
(Reversão)/Complemento de PPR do ano anteiror pago no ano	(897)	(897)	324	324
Previdência privada	11	23	25	50
Seguro de vida		1	1	2
	(512)	(139)	1.214	2.083

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	30/06/2019	30/06/2018
Remuneração dos administradores (g)	304	706

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao faturamento;
- (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;

- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10° dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Prestação de serviços de transmissão de dados; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2018	8 30/06/2019				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final	
Móveis e utensílios	3.966		(35)	38	3.969	
Máquinas e equipamentos	32.798	-	(198)	142	32.742	
Veículos	14.314	-	(1.470)	348	13.192	
Instalações e edificações	391	-	-	-	391	
Terrenos	4.722	-	-	-	4.722	
Equipamentos operacionais	80.405	-	(1.042)	39	79.402	
Imobilizado em andamento	3.866	1.882	<u>-</u>	(720)	5.028	
	140.462	1.882	(2.745)	(153)	139.446	

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 147 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 298 no semestre findo em 30 de junho de 2018). A taxa média de capitalização no semestre foi de 0,39% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures) e de 0,49% a.m. no 1° semestre de 2018.

Movimentação da depreciação

Taxa média anual	31/12/2018	3	0/06/2019	
de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
10	(3.077)	(174)	33	(3.218)
11	(22.487)	(1.656)	163	(23.980)
25	(9.352)	(976)	1.394	(8.934)
6	(366)	(5)	-	(371)
14	(60.494)	(3.225)	1.004	(62.715)
	(95.776)	(6.036)	2.594	(99.218)
	de depreciação % 10 11 25 6	de depreciação % Saldo inicial 10 (3.077) 11 (22.487) 25 (9.352) 6 (366) 14 (60.494)	de depreciação % Saldo inicial Adições 10 (3.077) (174) 11 (22.487) (1.656) 25 (9.352) (976) 6 (366) (5) 14 (60.494) (3.225)	de depreciação % Saldo inicial Adições Baixas 10 (3.077) (174) 33 11 (22.487) (1.656) 163 25 (9.352) (976) 1.394 6 (366) (5) - 14 (60.494) (3.225) 1.004

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Intangível

Movimentação do custo

	31/12/2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.520.143	34	-	4.366	1.524.543
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.807	-	(64)	153	13.896
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.353	-	-	-	1.353
Direito da concessão - ágio (c)	251.709				251.709
Intangível	1.787.012	34	(64)	4.519	1.791.501
Intangível em construção	25.081	5.421	_	(4.366)	26.136

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 794 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 1.119 no semestre findo em 30 de junho de 2018). A taxa média de capitalização nos semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018 foi de 0,39% a.m. e 0,49% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos e debêntures).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual	Taxa média anual 31/12/2018		/2019
	de amortização %	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(875.354)	(72.737)	(948.091)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.928)	(437)	(12.365)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.353)	-	(1.353)
Direito da concessão - ágio (c)	(b)	(169.396)	(9.243)	(178.639)
		(1.058.031)	(82.417)	(1.140.448)

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico.
- (c) Direito da concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

13. Debêntures

Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos a apropriar 30/06/2019	Vencimento final	30/06/2019	31/12/2018	
IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	-	Setembro de 2019	199.119	197.322	(d)
IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	1.934	Novembro de 2021	296.312	288.519	(e) (f)
106,25% do CDI	0,0593% (a)	587	338	Novembro de 2020	331.393	331.275	(f)
			2.272		826.824	817.116	
					203.081	201.159	
					(1.002)	(978)	
					202.079	200.181	
					626.015	618.711	
					(1.270)	(1.776)	
					624.745	616.935	
	IPCA + 5,67% a.a. IPCA + 6,2959% a.a.	Taxas contratuais do custo de transação (% a.a.)	Taxas contratuais do custo de transação (% a.a.) Custos de transação incorridos IPCA + 5,67% a.a. 5,8865% (b) 1.334 IPCA + 6,2959% a.a. 6,6313% (b) 3.706	Taxas contratuais do custo de transação (% a.a.) Custos de transação incorridos custos a apropriar 30/06/2019 IPCA + 5,67% a.a. 5,8865% (b) 1.334 - IPCA + 6,2959% a.a. 6,6313% (b) 3.706 1.934 106,25% do CDI 0,0593% (a) 587 338	Taxas contratuais (% a.a.) Custos de transação incorridos custos a apropriar 30/06/2019 Vencimento final IPCA + 5,67% a.a. 5,8865% (b) 1.334 - Setembro de 2019 IPCA + 6,2959% a.a. 6,6313% (b) 3.706 1.934 Novembro de 2021 106,25% do CDI 0,0593% (a) 587 338 Novembro de 2020	Taxas contratuais Custos de transação (% a.a.) (%	Taxas contratuais Custos de transação (% a.a.) Custos de transacción (% a.a.)

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

(c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge (hedge de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.
- (e) Garantia real.
- (f) Sujeita à implementação de Condição Suspensiva: Garantia Fidejussória da CCR S.A.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	30/06/2019
2020	330.000
2021	296.015
	626.015

A Companhia possui contratos de debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2018			30/06/2019		
				Atualização de		
	~	~		bases processuais	-	~
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.838	1.993	(380)	(570)	(1.554)	1.327
Trabalhistas e previdenciários	3.173	2.541	(220)	176	(1.030)	4.640
	5.011	4.534	(600)	(394)	(2.584)	5.967

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma

provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	30/06/2019	31/12/2018
Cíveis e administrativos	831	2.174
Trabalhistas	1.040	2.188
	1.871	4.362

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2019 é de R\$ 3.373 (R\$ 3.247 em 31 de dezembro de 2018).

15. Patrimônio líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Numerador				
Lucro líquido	72.242	145.788	68.946	149.485
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,00492 0,00542	0,00993 0,01093	0,00470 0,00517	0,01019 0,01120

b. Dividendos

Em 28 de março de 2019, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 75.005 sendo R\$ 35.717 correspondentes a R\$ 5,1110867482 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 39.288 correspondestes a R\$ 5,62219542302 por lote de mil ações preferenciais, à conta dos dividendos adicionais propostos de 2018, pagos em 30 de abril de 2019.

01/04/2010 01/01/2010 01/04/2010 01/01/2010

16. Receitas

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Receitas de pedágio	246.124	486.470	236.924	492.742
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2.791	4.795	11.619	17.799
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	799	1.609	693	1.417
Receitas acessórias	3.266	6.612	2.916	6.002
Receita bruta	252.980	499.486	252.152	517.960
Impostos sobre receitas	(21.677)	(42.858)	(20.846)	(43.218)
Deduções da receita bruta	(21.677)	(42.858)	(20.846)	(43.218)
Receita líquida	231.303	456.628	231.306	474.742

17. Resultado financeiro

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(12.965)	(25.599)	(12.826)	(25.606)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	=	(18)	(465)
Capitalização de custos dos empréstimos	487	941	721	1.417
Perda com operações de derivativos	(2.967)	(3.899)	(2.750)	(41.988)
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (fair value option)	-	(739)	(236)	(928)
Variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(6.883)	(12.684)	(3.582)	(8.543)
Juros e variações monetária com partes relacionadas	(646)	(1.286)	(656)	(1.329)
Variações Cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(9)	(6)	(6)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(143)	(328)	(158)	(846)
	(23.117)	(43.603)	(19.511)	(78.294)
Receitas financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	-	2.838
Variação monetária sobre emprestimos, financtos e debêntures	551	551	81	81
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.611	6.441	853	1.558
Ganho com operações de derivativos	2.765	6.093	2.362	39.812
Valor justo sobre empréstimos e debêntures (fair value hedge)	2.958	3.891	2.758	5.295
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	2	-	-
Juros e outras receitas financeiras	299	617	343	689
	10.184	17.595	6.397	50.273
Resultado financeiro líquido	(12.933)	(26.008)	(13.114)	(28.021)

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

		30/06/2019			31/12/2018	
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	5.020	-	-	7.198	-	-
Aplicações financeiras	316.591	-	-	149.203	-	-
Contas a receber	-	59.590	-	-	56.807	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.010	-	-	3.196	-
Contas a receber com operações de derivativos	46.340	-	-	44.797	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(199.119)	-	(627.705)	(197.322)	-	(619.794)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(20.118)	-	-	(21.742)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(3.268)	-	-	(2.853)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(40.249)	-	-	(40.249)
Obrigações com o Poder Concedente			(1.220)			(1.295)
	168.832	62.600	(692.560)	3.876	60.003	(685.933)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

• Caixa e bancos e aplicações financeiras - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão

valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

- Contas a receber, contas a receber partes relacionadas, fornecedores e outras contas a
 pagar, fornecedores e contas a pagar partes relacionadas e cessão onerosa partes
 relacionadas Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para
 liquidação das operações.
- Contas a receber e a pagar com derivativos Os valores justos foram calculados projetandose os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex. B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- Obrigações com o poder concedente Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado -** Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06	/2019	31/12/2	2018
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	629.977	656.359	622.548	644.560

- (a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia de valor justo", a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

• Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (fair value option e hedge accounting) – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados swaps trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (fair value option/hedge accounting), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 198.876 em 30 de junho de 2019 (R\$ 193.927 em 31 de dezembro de 2018), conforme detalhado a seguir:

		Custo
Taxa contratual da dívida	Taxa contratual - Swap	amortizado (a)
5a Emissão - Série 2 IPCA + 5,67% a.a	99,9% até 100% do CDI	198.876

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados:

	30/06/2019	31/12/2018
Nível 2:		
Aplicações financeiras	316.591	149.203
Derivativos a receber/(a pagar)	46.340	44.797
Debêntures	(199.119)	(197.322)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da Libor e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2° série da 5° emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

					Valores de Referência (Nocional) (1)	Referência al) (1)	Valor Justo	fusto	Valores brutos contratados e liquidados	brutos Hiquidados	Efeito Acumulado	umulado	Resultado	0
	Contraparte	Data de início Data de Contraparte dos contratos Vencimento	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Moeda Local	Local	Moeda Local	Local	Moeda Local Recebidos/(Pagos)	Local ((Pagos)	Valores a receber/(recebidos)	es a	Ganho/(Perda) em resultado	a) em o
					30/06/2019 31/12/2018	31/12/2018	30/06/2019 31/12/2018	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019 31/12/2018	31/12/2018	30/06/2019 30/06/2018)/06/2018
Posição ativa Posição passiva	BTG Pactual	27/10/2014	27/10/2014 16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	75.000	75.000	99.559 (76.341)	98.661 (76.322)	327	(29)	23.218	22.339	1.206	1.098
Posição ativa Posição passiva	Merrill Lynch		27/10/2014 16/09/2019 (2) IPCA + 5,67% a.a. 99,90% do CDI	IPCA + 5,67% a.a. 99,90% do CDI	75.000	75.000	99.461	98.775	324	(69)	23.122	22.458	886	703
TOTAL DAS OI	PERA ÇÕES EM	1 ABERTO EM	TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30 DE JUNHO DE 2019	DE 2019		•	46.340	44.797	651	(136)	46.340	44.797	2.194	1.801
TOTAL DAS OPERAÇÕI JUNHO DE 2019 E 2018	PERAÇÕES LIG 9 E 2018	QUIDADAS DU	JRANTE O SEMI	TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018		Į.	,	1		(37.771)				(3.977)
TOTAL DAS OPERAÇÕES	PERAÇÕES						46.340	44.797	651	(37.907)	46.340	44.797	2.194	(2.176)

Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final. 9

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	30/06/2019	30/06/2018
Riscos cambiais	-	(3.977)
Riscos de juros	2.194	1.801
	2.194	(2.176)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

				Efeito em R\$ no resultado		
Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A (3)	Setembro de 2019	198.876	(3.876)	(4.235)	(4.593)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A (3)	Novembro de 2021	298.246	(29.227)	(31.873)	(34.520)
Debêntures - 7ª Emissão	Aumento do CDI (4)	Novembro de 2020	331.730	(22.509)	(28.149)	(33.793)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A (3)	Setembro de 2019	(198.778)	3.874	4.233	4.591
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI (4)	Setembro de 2019	152.681	(2.099)	(2.609)	(3.112)
Aplicação financeira (Menkar II) (6) (7)	Diminuição do CDI (4)		316.591	20.013	25.014	30.015
Total do efeito de ganho ou (perda)				(33.824)	(37.619)	(41.412)
Efeito sobre as debêntures e derivativos				(53.837)	(62.633)	(71.427)
Efeito sobre as aplicações financeiras				20.013	25.014	30.015
Total do efeito de ganho ou (perda)				(33.824)	(37.619)	(41.412)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
	CDI (2)			6,40%	8,00%	9,60%
	IPC-A (3)			3,37%	4,21%	5,05%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2019, divulgada pela B3;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira;
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 30/06/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (7) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 7.505 referente ao direito de outorga variável (R\$ 7.670 no semestre findo em 30 de junho de 2018).

b. Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	30/06/2019	31/12/2018		
Compromisso de investimento	313.915	314.650		

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor apresenta os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures	Mútuos/cessão onerosa com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Operações com derivados	Total
Saldo inicial	(817.116)	(40.249)	-	44.797	(812.568)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Dividendos pagos	-	-	75.005	-	75.005
Pagamentos de juros	24.872	1.286	-	-	26.158
Liquidação de operações com derivativos			_	(651)	(651)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	24.872	1.286	75.005	(651)	100.512
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(37.732)	(1.286)	-	-	(39.018)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	3.152	-	-	2.194	5.346
Outras variações que não afetam caixa			(75.005)		(75.005)
Total das outras variações	(34.580)	(1.286)	(75.005)	2.194	(108.677)
Saldo final	(826.824)	(40.249)		46.340	(820.733)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente).

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1, às informações contábeis intermediárias, do período findo em 30 de junho de 2019, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia.

Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

Barueri/SP, 08 de agosto de 2019.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FÁBIO RUSSO CORRÊA

DIRETOR DE ENGENHARIA E OPERAÇÕES

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

Barueri/SP, 08 de agosto de 2019.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FÁBIO RUSSO CORRÊA

DIRETOR DE ENGENHARIA E OPERAÇÕES